



**22 DE MAIO DE 2015**

**Sexta-feira**

- FI-FGTS EMPRESTARÁ R\$ 1,2 BILHÃO PARA A CSN
- VALE, EXIMBANK DA CHINA E GRUPOS CHINESES ASSINAM ACORDOS PARA COOPERAÇÃO FINANCEIRA
- CRISE NO SETOR DA MINERAÇÃO CAUSA MUITAS DEMISSÕES NO BRASIL
- HONDA TEM FILA DE ESPERA POR CARROS E PAGA HORA EXTRA PARA PRODUZIR MAIS
- INDÚSTRIA MANTÉM DESEMPENHO COM REDUÇÃO DE CUSTOS
- BRASIL SÓ VOLTA A CRESCER EM RITMO LENTO E A PARTIR DE 2016, DIZ GOLDFAJN
- ECONOMIA BRASILEIRA ENCOLHE 0,81% NO TRIMESTRE
- DESEMPREGO NAS METRÓPOLES SOBE PARA 6,4%
- DE OLHO NA (FALTA DE) TRANSPARÊNCIA
- O AJUSTE FISCAL É O REFLEXO DE UM SISTEMA INEFICIENTE
- VENDAS DE COTAS DE CONSÓRCIOS RECUAM 2,2% ATÉ ABRIL
- BOSCH: DIVISÃO DE ENGENHARIA AVANÇADA FAZ OFENSIVA NO BRASIL
- NOVOS PROJETOS DE LEI
- SOLUÇÕES DAS EMPRESAS PARA O CASO DE FALTAR ÁGUA NO TRABALHO
- O EMPREGO EM 2015
- MONTADORAS ALEMÃS UNEM-SE A GESTORA EM OFERTA PELA HERE
- EXECUTIVO DA VOLKS DEFENDE REDUZIR ESTRUTURA DE CONSELHO
- TERCEIRIZAÇÃO E MEDO DA 'PEJOTIZAÇÃO'
- NOVOS PROJETOS DE LEI - AUTOMÓVEIS
- BRITÂNICO HSBC ESTUDA DEIXAR O BRASIL AINDA NESTE ANO

- GOVERNO ESTUDA TIRAR DE EMPRESAS BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO CONCEDIDO HÁ 20 ANOS
- CSN PEDE À CVM REVISÃO DO CASO TERNIUM-USIMINAS
- CSP, DA VALE, TERÁ US\$ 3,1 BI DE FINANCIAMENTO
- CRISE ECONÔMICA NA VSB
- MINÉRIO DE FERRO: DINHEIRO CHINÊS DESEQUILIBRA. AUSTRALIANOS AGORA TERÃO QUE REVER ESTRATÉGIAS
- AUSTRÁLIA NÃO INVESTIGARÁ MINÉRIO DE FERRO
- CAPACIDADE OCIOSA DA INDÚSTRIA É A MAIOR EM SEIS ANOS, DIZ CNI

CÂMBIO EM 22/05/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,073	3,067
Euro	3,390	3,391

Fonte: BACEN

### FI-FGTS emprestará R\$ 1,2 bilhão para a CSN

22/05/2015 - Fonte: Época Negócios

Pressionado pela paralisa há quase um ano nas decisões de novos aportes, o comitê de investimento do FI-FGTS aprovou ontem o pedido de financiamento de R\$ 1,2 bilhão para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O Estado apurou que os recursos serão aplicados na expansão do porto em Itaguaí (RJ), usado para o embarque e desembarque de minério de ferro e carvão.

Na última reunião do comitê de investimento em que houve deliberação, em outubro do ano passado, o projeto foi retirado de pauta a pedido de dois membros do órgão que aprova os aportes do bilionário fundo administrado pela Caixa.

Mesmo não estando na pauta de ontem, o projeto foi incluído pelo presidente do comitê de investimento do FIFGTS, Carlos Eduardo Abijaodi, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Abijaodi, que assumiu a presidência neste ano, disse que o projeto estava na pauta da reunião do mês passado e havia uma pressão para que se votassem novos investimentos.

Pelo plano de negócios, além do financiamento do FI-FGTS, a CSN se comprometeu a aportar R\$ 527 milhões de capital próprio. O objetivo da CSN é usar os recursos para ampliar em 34% a capacidade de descarga, armazenagem e embarque de minério de ferro do terminal de 45 para 60 milhões de toneladas por ano. A siderúrgica opera o porto desde 1997. A concessão pública vence em 2022, mas pode ser renovada por mais 25 anos.

### **Investimento alto**

Os membros do comitê consideravam alto o investimento e queriam detalhes de como seria o impacto na geração de emprego e renda e em questões socioambientais. Para a aprovação do financiamento ontem, a CSN informou que a expansão da capacidade do terminal entre 2008 e 2014 → de 30 para 45 milhões de toneladas por ano → fez com que triplicasse a quantidade de trabalhadores próprios da empresa.

As obras da expansão devem demorar dois anos, com geração de 1,7 mil empregos diretos e mais de 5 mil indiretos. Com capacidade ampliada, o porto deve abrir mais 400 vagas diretas e 800 indiretas.

A CSN também estimou que o projeto vai aumentar bastante a arrecadação de impostos. Desde março, o ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Caffarelli ocupa o cargo de diretor executivo da CSN. O Estado apurou que a operação tinha o apoio do ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante. Procurada, a CSN não quis se pronunciar.

### **Pedidos.**

Em 2014, o fundo tinha mais de R\$ 10 bilhões em caixa, mas o comitê acrescentou apenas um projeto à sua carteira → um aporte de R\$ 630 milhões à concessionária de rodovias CCR, que tem como acionistas Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Soares Penido, para recuperação da Rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro.

Na fila estão, por exemplo, o pedido de compra de até 20% da empresa de resíduos sólidos Estre Ambiental por cerca de R\$ 500 milhões. Outro pedido que tem de ser analisado é o aporte de R\$ 2,5 bilhões em forma de emissão de dívida para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Pelo projeto, os recursos devem ser usados em obras de saneamento e energia em um dos principais empreendimentos da história da Petrobrás, erguido no município de Itaboraí, no Rio de Janeiro.

## **Vale, Eximbank da China e grupos chineses assinam acordos para cooperação financeira**

22/05/2015 - Fonte: Correio do Povo

Na presença da presidente Dilma Rousseff e do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, a Vale assinou nesta terça-feira, 19, dois memorandos de entendimento com o Export-Import Bank of China (Eximbank da China) para futura cooperação financeira, envolvendo a China Ocean Shipping Company (Cosco) e o China Merchants Group.

Os acordos, que fizeram parte do programa oficial de visita do primeiro-ministro chinês ao Brasil, estabelecem as bases para cooperação que visa a apoiar as parcerias entre a Vale e as duas empresas chinesas.

De acordo com os termos de cada memorando, o Eximbank chinês pode fornecer uma linha de crédito de até US\$ 1,2 bilhão para a Cosco e China Merchants, respectivamente, para facilitar a prestação de serviços de transporte marítimo de minério de ferro pelas duas empresas à Vale.

Os acordos foram assinados por Murilo Ferreira, presidente da Vale, Hu Xiaolian, Chairman do Eximbank da China, Ma Zehua, Chairman da Cosco, e Li Xiaopeng, presidente do China Merchants.

## **Crise no setor da mineração causa muitas demissões no Brasil**

22/05/2015 - Fonte: G1

A crise na mineração tem causado muitas demissões no Brasil. Em Minas Gerais, a arrecadação de algumas prefeituras despencou com a queda nas exportações. Faz sete meses que Helder procura trabalho. O torneiro mecânico foi demitido de uma empresa terceirizada do setor de mineração.

"O problema é que não está tendo emprego para área nenhuma, nem para motorista, nem para torneiro, nem para área nenhuma", diz Hélder da Cunha, que está desempregado.

As mineradoras, principais geradoras de emprego em muitas cidades mineiras, estão em ritmo de contenção de gastos, dispensando funcionários, e acabam prejudicando empresas de outros setores.

"Em todas as grandes empresas essa é a regra, também nas pequenas empresas e nas terceirizadas também não é diferente", afirma Ivan Targino Ponciano Filho, diretor do sindicato Metabase.

"Nós chegamos a ter três mil refeições por dia. Hoje não chega a mil", diz o empresário Afonso Luiz de Assis. Em Congonhas (MG), na região central do estado, metade de um alojamento pra operários está vazia.

"Essas demissões que acontecem na mineração está tendo efeito em cadeia, que eu não hospedo, eu não emprego. A minha camareira é demitida, perde o poder de compra, a família, não tem como os filhos estudarem e vai criando uma situação muito complicada na cidade", conta o empresário Marcelo Guimarães.

As demissões vêm aumentando na indústria de mineração em todo o país. No primeiro trimestre do ano foram fechadas quase 5 mil vagas e mais de 8 mil em um ano. O que tem atrapalhado o setor é a queda do preço do minério de ferro no mercado internacional, ditado pela economia chinesa.

Há quatro anos, a tonelada valia quase US\$ 200 e hoje está na casa dos US\$ 60. "A oferta de minério de ferro mundial cresceu muito. Os estoques chineses elevaram e, por isso, o preço do minério de ferro teve essa queda nesses últimos meses", aponta o economista Paulo Casaca.

Isso fez despencar a receita com a exportação do minério e também a arrecadação das prefeituras com os tributos da mineração. "A previsão até o fim do ano é a gente deixar de arrecadar em torno de R\$ 185 milhões", diz Damon Lázaro de Sena, prefeito de Itabira (MG).

A crise tem produzido um efeito bem mais severo nas mineradoras que têm custo operacional mais alto, como costuma ser o caso das empresas de menor porte.

Muitas vezes a redução das despesas precisa ser tão drástica que acaba levando à paralisação das atividades.

"Há uma dificuldade na atração de investimentos para o desenvolvimento dos projetos e também há uma perspectiva de que muitos projetos não tenham viabilidade econômica nesse cenário de preço", afirma Cristiano Monteiro Parreiras, diretor administrativo do Sindiextra (Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais).

"Já pensou quantos pais de família que tem aí sem colocar alimento na mesa, sem ter como pagar uma escola para os seus filhos, né? Fica complicado", lamenta Diego Fernando, que está desempregado.

### **Honda tem fila de espera por carros e paga hora extra para produzir mais**

22/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo



Uma das poucas exceções em meio ao cenário de crise do setor automobilístico, a Honda opera diariamente sua fábrica em Sumaré, no interior de São Paulo, com horas extras para dar conta da demanda.

Seu recente lançamento, o utilitário-esportivo HR-V, tem fila de espera de 100 dias e as vendas da marca aumentaram 15% no primeiro quadrimestre, num mercado que caiu 18,4%. Mesmo com o cenário favorável, a fabricante japonesa está cautelosa.

A segunda fábrica do grupo no País, antes prevista para ser inaugurada no fim do ano, só deve entrar em operação em Itirapina (SP) em 2016, ainda sem data definida. "Estamos revendo (o calendário) por causa da conjuntura.

Vai depender do mercado, da situação econômica", afirma o vice-presidente da Honda do Brasil, Carlos Eigi. A nova fábrica vai dobrar a capacidade produtiva da Honda, atualmente de 120 mil veículos por ano e ajudará a desafogar a unidade de Sumaré, que opera no limite. Os operários fazem 1h40 de trabalho extra diariamente em cada um dos dois turnos. "É caro e exige muito dos trabalhadores", afirma Eigi.

O plano da Honda é inicialmente concentrar na nova fábrica a produção do Fit, abrindo assim espaço para os modelos City, Civic e HR-V. Lançado em março, o utilitário-esportivo (SUV) compacto representa 40% da produção diária. Segundo Eigi, há fila de espera de 100 dias para o modelo top de linha (que custa R\$ 88,7 mil) e de um mês para o mais barato (R\$ 70 mil).

Introduzir um terceiro turno em Sumaré não é viável porque não há disponibilidade de componentes importados para o SUV, informa o executivo.

A fábrica de Sumaré emprega atualmente 3,2 mil pessoas → 100 delas contratadas para a unidade de Itirapina e, até o fim do ano, terá mais 300 pessoas. Já a filial terá 2,2 mil funcionários em dois turnos. Expansão.

Só com horas extras, a Honda consegue ampliar a produção de 540 para 657 carros por dia. A empresa investiu R\$ 250 milhões nos últimos meses para a produção do HR-V e em novos equipamentos, como robôs para a linha de pintura de peças plásticas, para reforçar a produção de componentes que serão enviados para Itirapina, cujo projeto exigiu investimentos de R\$ 1 bilhão.

As duas fábricas fazem as mesmas linhas de produtos. Eigi espera um crescimento de 15% na produção neste ano, ante as 127 mil unidades de 2014. As vendas devem crescer na mesma proporção.

Nos primeiros quatro meses do ano essa meta foi atingida, com a comercialização de 46,5 mil veículos. Em todo o ano passado a marca vendeu 130,9 mil unidades, incluindo importados.

Segundo o executivo, a renovação da linha de produtos, a introdução dos novos Fit e City, a nova motorização do Civic e a chegada do HR-V são os principais motivos do desempenho positivo da marca. "Também sentimos dificuldades no mercado, mas nosso diferencial são os novos modelos", afirma Paulo Takeushi, diretor institucional da Honda. Sem crise. A Honda não é a única montadora a escapar da crise.

A também japonesa Toyota opera em dois turnos, com duas horas extras por dia nas fábricas de Indaiatuba e Sorocaba, ambas no interior de São Paulo. A unidade de Indaiatuba, onde é produzido o sedã Corolla, emprega 2 mil trabalhadores e a de Sorocaba, que faz o compacto Etios, 1,6 mil.

De janeiro a abril, a Toyota vendeu 56,7 mil automóveis e comerciais leves (incluindo importados), 7% a mais que em igual período do ano passado. O mercado total desses segmentos vendeu 861,7 mil unidades, 18,4% menos que em 2014.

Outra marca asiática, a coreana Hyundai, opera em três turnos e, assim como Honda e Toyota, não adotou medidas de corte de produção, como férias coletivas e lay-off (suspensão de contratos de trabalho), a exemplo do que faz a maioria das fabricantes, especialmente as de grande porte.

A empresa dará férias coletivas aos funcionários de 2 a 12 de julho, mas dia que se tratar de parada programada para manutenções. A Hyundai espera repetir neste ano, na fábrica de Piracicaba (SP), a produção de 2014, de 180 mil unidades dos modelos da família HB20.

No primeiro quadrimestre, a marca vendeu 50,4 mil unidades da linha HB20, com queda de 3,7% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. Incluindo modelos importados e produzidos na fábrica da Caoa/Hyundai em Anápolis (GO), as vendas somam 65,4 mil unidades, queda de 6,9%.

## **Indústria mantém desempenho com redução de custos**

22/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

O setor industrial conseguiu melhorar, com corte de custos e despesas, o desempenho operacional no primeiro trimestre, apesar do desaquecimento da economia e a desvalorização cambial.

Um levantamento feito pelo Valor Data mostrou que as 92 empresas do setor industrial tiveram receita líquida de R\$ 124,27 bilhões nos primeiros três meses do ano, alta de 8,7% na comparação anual.

Ao mesmo tempo, o lucro operacional avançou 9,6%, para R\$ 14,39 bilhões, indicando que houve um controle mais forte dos custos e das despesas.

Essas medidas ajudaram a minimizar os problemas causados pela demanda menor, que prejudicou o faturamento da indústria de transformação, assim como as despesas financeiras, que foram significativamente maiores, devido à desvalorização cambial. Mesmo assim, os dois fatores corroeram a última linha do balanço dessas companhias.

O lucro líquido das empresas da indústria de transformação somou R\$ 2,90 bilhões no trimestre, queda de 56% na comparação anual. O resultado financeiro negativo quase triplicou, para R\$ 11,66 bilhões, e foi um dos responsáveis pela deterioração do lucro. O efeito da variação cambial na despesa financeira cresceu mais de 8 vezes, para uma perda de R\$ 18,16 bilhões.

Com os esforços implementados, as empresas industriais conseguiram evitar uma queda mais drástica da rentabilidade (lucro líquido comparado ao patrimônio), que caiu de 9,4% para 8,5% no período. Numa amostra geral com 253 empresas de capital aberto não financeiras, a rentabilidade despencou de 6,8% para 0,9%.

No mesmo período, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido dos bancos, que sofrem com a desaceleração da economia com crédito, mas compensam em ganhos com tesouraria, subiu de 16,4% nos três meses iniciais do ano passado para 16,7% neste ano - maior taxa em um período de três anos. Nesse intervalo, a rentabilidade patrimonial da indústria de transformação saiu de 7,6% para 8,5%, tendo atingido seu maior patamar no segundo trimestre de 2014, de 10,6%.

No grupo da indústria de transformação foram excluídos os resultados de Vale e Petrobras, em razão das suas atividades diversificadas na mineração e na logística e distribuição dos seus produtos.

Dentro da indústria, as companhias que tiveram os melhores desempenhos foram as que conseguiram cortar custos e despesas, além daquelas que aumentaram a participação fora do Brasil.

A margem operacional (medida pela relação entre receita de vendas e lucro antes de impostos e tributos) dessas empresas subiu 0,1 ponto percentual no período, chegando a 11,6%.

A fabricante das máquinas e equipamentos WEG é um exemplo de companhia que permaneceu resiliente mesmo com o cenário de crise, porque a maior parte do faturamento da companhia vem do mercado externo. No primeiro trimestre o lucro líquido ficou 20% maior e a receita líquida cresceu 19,4%.

Segundo o Itaú BBA, a companhia conseguiu encontrar espaço no mercado externo para ganhos de participação e para buscar portfólio ainda maior de produtos, dadas as recentes aquisições na África do Sul e Colômbia e as melhoras de margens vindas da integração de operações, especialmente na China e no México.

Outro destaque foi a metalúrgica Tupy, que dobrou seu lucro no trimestre. A empresa compensou a menor demanda no mercado doméstico com crescimento de receita no exterior, onde concentra 77% de suas vendas, sem contar a redução nos custos com matérias-primas e ganhos com operações financeiras.

Mario Bernardes Junior, analista de indústria do BB Investimentos, destaca a Metal Leve por ter mostrado piora no volume nos meses de janeiro, fevereiro e março, ao mesmo tempo em que conseguiu elevar a margem operacional.



"Em períodos de ciclos econômicos mais desaquecidos, naturalmente há queda de demanda e de receita. Ficou claro para os investidores que, por mais que o cenário esteja desafiador, as empresas estão fazendo a parte delas", comentou o analista.

Segundo Bernandes Junior, "as empresas se prepararam para um cenário mais adverso, com ajustes de custos e despesas feitos ao longo do ano passado. O trimestre deixou claro que as companhias estão eficientes".

Nem todas as empresas conseguiram escapar do aperto. Randon e Romi tiveram resultados ruins no trimestre. Mas nem todas conseguiram escapar do aperto.

A Randon, de implementos rodoviários, e a Romi, de máquinas, apresentaram os piores números do segmento. A primeira teve queda de 99% no lucro no trimestre, com redução das receitas no Brasil e nas exportações, baixa escala de produção.

Após a publicação do balanço da Romi, o seu presidente, Luiz Cassiano Rosolen, classificou 2015 como um ano de demanda deprimida.

Segundo ele, existe uma estrutura de custos fixos que não pode ser alterada, sob o risco de inviabilizar a capacidade da companhia de responder rapidamente ao mercado com uma reação quando a economia retomar.

Mesmo com os problemas, o desempenho da indústria conseguiu ser melhor no trimestre em comparação com o resultado do grupo formado por todas as 253 empresas de capital aberto.

Juntas, elas somaram um lucro líquido de R\$ 7,29 bilhões, 76% menor que o apurado nos primeiros três meses de 2014, enquanto a receita líquida cresceu 4,3%, para R\$ 391,12 bilhões.

O resultado financeiro veio negativo em R\$ 41,50 bilhões, com despesas financeiras de R\$ 81,82 bilhões. O peso da variação cambial nas despesas financeiras foi negativo em R\$ 45,91 bilhões, 9 vezes maior que os R\$ 4,98 bilhões apurados no mesmo intervalo do ano passado.

Ao mesmo tempo, os indicadores operacionais mostraram desempenho pior em relação à amostra que só considera a indústria de transformação. Houve queda de 0,4 ponto percentual na margem operacional, antes do resultado financeiro e dos tributos.

Esse resultado foi fortemente influenciado pela Vale, que registrou um prejuízo de R\$ 9,5 bilhões, refletindo a desvalorização cambial e a queda dos preços do minério de ferro - dois fatores determinantes para a perda bilionária da mineradora.

Nos três primeiros meses do ano, o real caiu 21% ante o dólar e, na média trimestral, a depreciação foi de 13%.

Houve impacto principalmente na diferença da dívida denominada em dólar e os ativos sob a mesma condição, que levou a uma perda de US\$ 3,02 bilhões no primeiro trimestre.

Outros US\$ 1,26 bilhão em perdas não recorrentes vieram da marcação a mercado do valor e liquidação de swaps cambiais de real e outras moedas para o dólar americano.



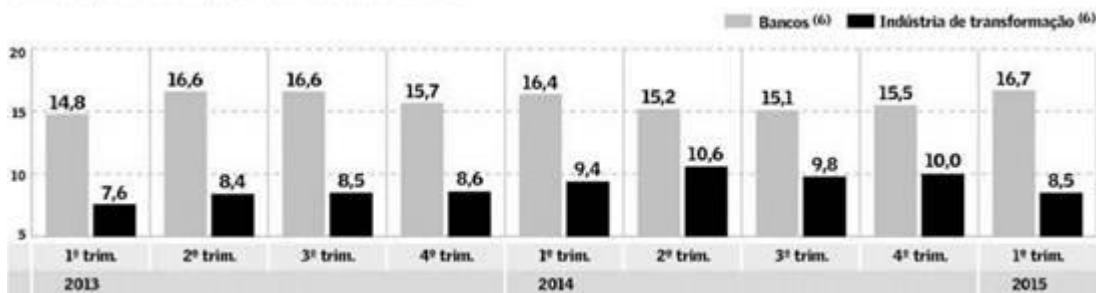
## Companhias abertas

Desempenho no 1º trimestre - dados em R\$ bilhões

	Empresas não financeiras (1)			Empresas não financeiras (2)			Indústria de transformação (3)		
	1º trim. 2015	1º trim. 2014	Var. %	1º trim. 2015	1º trim. 2014	Var. %	1º trim. 2015	1º trim. 2014	Var. %
Receita líquida	391,1	374,9	4,3	290,1	263,9	9,9	124,3	114,3	8,7
<b>Resultado Ebit (4)</b>	<b>53,4</b>	<b>52,6</b>	<b>1,4</b>	<b>38,0</b>	<b>36,0</b>	<b>5,5</b>	<b>14,4</b>	<b>13,1</b>	<b>9,6</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>-41,5</b>	<b>-9,3</b>	<b>348,3</b>	<b>-22,8</b>	<b>-9,4</b>	<b>142,4</b>	<b>-11,7</b>	<b>-4,1</b>	<b>182,0</b>
Resultado líquido (5)	7,3	30,2	-75,9	10,2	17,9	-42,8	2,9	6,6	-56,0
Margem Ebit - em % da receita	13,7	14,0	-	13,1	13,6	-	11,6	11,5	-
Margem líquida - em % da receita	1,9	8,1	-	3,5	6,8	-	2,3	5,8	-

### Rentabilidade patrimonial comparada

Em % do patrimônio líquido no fim de cada trimestre



Fontes: CVM, empresas e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Dados de 253 empresas com informações disponíveis em todo o período. (2) Exclui Petróleo, Vale e Eletrobras da relação de 253 empresas. (3) Dados de 92 empresas industriais (exceto Petróleo e Vale) com informações disponíveis em todo o período. (4) Antes do resultado financeiro e dos tributos. (5) Atribuído a acionistas da controladora (nos balanços consolidados). (6) 12 bancos e 92 companhias da indústria de transformação com dados disponíveis em todo o período.

## Brasil só volta a crescer em ritmo lento e a partir de 2016, diz Goldfajn

22/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

O cenário que está prevalecendo no Brasil, na opinião do economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, é de não crise, mas sem bonança. O País deve apresentar recuperação lenta, segundo ele, voltando a crescer no ano que vem. Goldfajn projeta queda de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste exercício e crescimento de 0,7% em 2016.

Com base neste contexto, Goldfajn acredita que as agências de classificação de risco devem deixar uma decisão de ajuste na nota do Brasil, que vem correndo o risco de rebaixamento, para o ano que vem.

"Temos uma janela de oportunidade. O mundo não está tão ruim. O crescimento do Brasil deve se recuperar em 2016, 2017 e 2018, mas será uma recuperação lenta já que deixou de criar emprego", avaliou o economista-chefe do Itaú, em evento da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

Para ele, a taxa de desemprego deve continuar subindo e alcançar os 7,3% neste ano, taxa que deve se manter em 2016. Sobre os juros, Goldfajn lembrou que o mercado espera que a Selic suba a 13,99% ao final de 2015. O Itaú, contudo, prevê que os juros fiquem em 13,5% neste ano e recuem para 12,00% no próximo exercício.

Sobre a indústria brasileira, Goldfajn acredita que o pior momento deve se materializar no segundo trimestre deste ano com estabilização nos três meses seguintes. Ele espera ainda que o superávit primário fique em 0,8% neste ano e 1,5% em 2016. "0,8% é um superávit suficiente, como um aluno que se esforçou bastante e alcançou a média", avaliou o economista, referindo-se ao esforço da equipe econômica, comandada por Joaquim Levy, ministro da Fazenda, de cortar os gastos públicos.

Goldfajn vê o dólar a R\$ 3,10 neste ano e R\$ 3,40 em 2016. Para a conta corrente, o economista-chefe do Itaú Unibanco vê queda de 4,1% do PIB neste ano e redução de 3,6%, respectivamente.

Inflação. Ainda que os juros básicos cheguem a 14% ao final deste ano, conforme a expectativas do mercado, será difícil o Brasil baixar a inflação para a meta, de 4,5%, de acordo com o economista.

"Esse ano, teremos inflação de 8,5%. Para chegar em 4,5%, precisamos de uma queda de 4 pontos porcentuais. Os dissídios já estão começando e passados oito meses, também teremos uma inflação de 8,5%. Não será fácil a inflação cair", avaliou.

Na visão mais otimista, conforme Goldfajn, o Brasil deve ter uma inflação de 5,5%, 5% no ano que vem. Ele acrescentou, contudo, que quanto mais baixo for o indicador, maior será a recessão no País à medida que os juros terão de permanecer elevados.

Sobre a Selic, que encarece o custo de emissões de letra imobiliária garantida (LIG), tema do evento da Abecip, o economista-chefe do Itaú observou que a taxa de juros atual não é permanente. "A taxa de juros não veio para ficar. Os ajustes não devem ficar por muito tempo. À medida que a inflação passe a cair, os juros também vão reduzir", analisou o especialista.

O Itaú prevê que os juros fiquem em 13,5% neste ano e recuem para 12,00% no próximo exercício. A inflação deve ficar em 8,5% e 5,5%, nesta ordem, segundo o banco.

## **Economia brasileira encolhe 0,81% no trimestre**

22/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Famílias com renda mais apertada e indústria retraída pela queda do consumo fizeram com que a economia encolhesse 0,81% no primeiro trimestre deste ano. Somente em março, a retração foi ainda mais forte: 1,07%, de acordo com os cálculos do Banco Central, divulgadas nesta quinta-feira (21).

As contas já consideraram as mudanças metodológicas do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) feitas pelo IBGE. Como os economistas do mercado financeiro não sabiam como o BC atualizaria o método de calcular o IBC-Br, o índice de crescimento criado pela autarquia, fizeram projeções com os dados antigos.

A aposta média geral dos analistas era de uma retração econômica de 0,7% nos três primeiros meses do ano. As previsões variavam entre uma queda de 0,4% a 1% da atividade econômica.

Essas expectativas foram feitas depois de o IBGE divulgar, na semana passada, que o comércio registrou uma queda de 0,8% nas vendas no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado: o pior resultado dos últimos 12 anos.

Com menos dinheiro no bolso – por causa do aumento do desemprego, desaceleração do crescimento da renda, inflação que corrói cada vez mais o salário do trabalhador e juros mais altos – as famílias consomem menos.

### **Indústria**

Na hora de calcular o IBC-Br, a autoridade monetária também usa o desempenho da indústria. Com o consumo em queda, os empresários ficam mais cautelosos e produzem menos. A produção do setor caiu nada menos que 5,9%.

O Banco Central revisou para cima o desempenho do IBC-Br em fevereiro: de crescimento de 0,36% divulgado anteriormente, para alta de 0,59%.

Já o índice de janeiro foi recalculado para baixo: de contração de 0,11% para recuo de 0,30%. Nos últimos 12 meses, o índice do BC revela que a economia brasileira encolheu 1,18%. É praticamente o resultado que os analistas esperam para o ano.

### **Quadro grave**

Para o economista do Banco Espírito Santo Flávio Serrano, as mudanças metodológicas feitas pelo BC só alteraram levemente os dados, mas não mudam a história vivida pelo país: a maior contração da atividade econômica vista desde os anos 90.

Ele lembra que na crise de 2009, o país teve recessão, mas a recuperação veio logo. "É importante destacar que tem uma revisão de dados do BC. Mudou um pouco os dados, mas não muda a história.

Temos um quadro de desaceleração que está se agravando", frisou o analista que espera uma retração ainda maior no segundo trimestre deste ano e uma recuperação mais lenta depois.

## **Desemprego nas metrópoles sobe para 6,4%**

22/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A taxa de desemprego no Brasil atingiu em abril o maior nível em quase quatro anos, de 6,4%, ao subir pela quarta vez seguida, em mais um mês marcado pelo aumento da procura por vagas e queda na renda no momento em que o governo se prepara para anunciar o contingenciamento de gastos.

O número é da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, que inclui dados de seis regiões metropolitanas (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre). Essa é o maior índice de desocupação desde maio de 2011, quando também ficou em 6,4%. Em abril de 2014, a taxa foi de 4,9%.

Em março, o nível de desocupação foi de 6,2%. O IBGE considera que a variação de 0,2 ponto percentual entre março e abril não é estatisticamente relevante e, por isso, avalia a passagem entre os dois meses como estabilidade. A população desocupada foi de 1,557 milhão em abril, ou 63 mil pessoas a mais que em março – variação de 4,2%.

Já o rendimento real foi de R\$ 2.138,50, o que representa uma queda de 0,5% frente a março. Na comparação com abril de 2014, o recuo da renda foi mais expressivo, de 2,9%. Foi o terceiro mês consecutivo de queda no salário real frente ao mês anterior.

O aumento da taxa de desemprego ocorreu de forma mais expressiva entre os jovens. Na faixa etária entre 18 e 24 anos, o desemprego foi de 16,2% em abril, frente a 15,7% em março e 12% em abril de 2014. No grupo entre 25 e 49 anos, a taxa foi de 5,3% em abril, ante 5,1% em março e 4% em abril do ano passado.

"Todos os grupos de idade registram aumento da taxa de desocupação, mas esse crescimento é mais acentuado entre aqueles entre 18 e 24 anos", afirmou a técnica da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy.

Ao mesmo tempo, a população não economicamente ativa – formada por aqueles que têm idade para trabalhar, mas não buscam trabalho – caiu 3,01% entre abril de 2014 e abril

de 2015 na faixa entre 18 e 24 anos, para 1,767 milhão de pessoas. Na média geral, subiu 0,4%.

Segundo a técnica do IBGE, esse aumento da desocupação entre jovens pode ser explicado tanto por pessoas que foram demitidas como por aqueles agora estão buscando trabalho.

“Os jovens mostram maior redução na ocupação como também maior procura por trabalho. Não quer dizer que só jovem está procurando trabalho, todo mundo está procurando trabalho”, disse Adriana.

### **Perfil positivo**

Para a técnica do IBGE, os dados da pesquisa mostram que o mercado de trabalho apresenta um perfil diferente do ano passado, com crescimento da desocupação e redução da renda. Ela alerta, no entanto, que em uma comparação de mais longo prazo o perfil ainda é mais positivo.

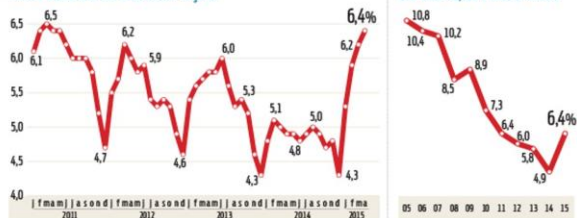
“A gente percebe que o mercado de trabalho apresenta variáveis opostas em relação a 2015. De fato, há crescimento da desocupação, o que não ocorria, e redução da renda. A taxa de desemprego de 6,4% volta ao nível de 2011.

Mas ainda que haja reversão de variáveis consideradas positivas de 2014, a trajetória do mercado de trabalho em período mais longo mostra que ainda existem ganhos.”

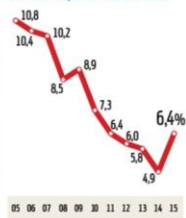
#### **COLOCAÇÃO MAIS DIFÍCIL**

O desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do país cresceu pelo quarto mês seguido, atingindo uma taxa de 6,4% em abril e voltando ao patamar de maio de 2011.

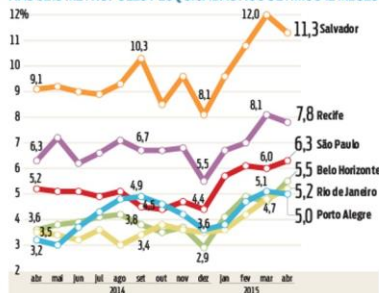
#### **TAXA MENSAL DE DESOCUPAÇÃO**



#### **EM ABRIL, ÚLTIMOS ANOS**



#### **NAS SEIS METRÓPOLES PESQUISADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES**



#### **RENDA DO TRABALHADOR**



Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

## **De olho na (falta de) transparência**

22/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Mesmo em vigor há quatro anos, a Lei de Acesso à Informação (LAI) – que garante a publicidade de todos os dados de órgãos públicos – ainda não é plenamente cumprida no país e, mais especificamente, no Paraná.

Essa é a avaliação de um grupo de entidades da sociedade civil, lideradas pela seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), que pretende mudar esse quadro.

A intenção do Movimento de Olho na Transparência é notificar os órgãos que ainda falham no cumprimento da legislação, e também “traduzir” informações técnicas demais e difíceis de entender.

Para o vice-presidente da OAB, Cássio Telles, o maior problema no Paraná é a falta de organização e clareza das informações dos portais de transparência.

“Não podemos aceitar que os poderes públicos descarreguem um caminhão de informações na internet sem explicar o que são aqueles dados e como as pessoas podem usá-los”, diz.

Telles acredita que a fiscalização por parte de operadores do direito é importante porque são eles que podem interpretar a lei e confrontar com o que se está fazendo na prática.

“É uma competência de advogados, que ganha com a visão de contabilistas, economistas e auditores”, observa vice-presidente da OAB.

O grupo se reúne pela primeira vez, oficialmente, nesta sexta-feira (22). Além da OAB, também estão envolvidos o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-PR), o Conselho Regional de Economia (Corecon) e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Paraná (Sescap).

O primeiro alvo dos trabalhos será o portal de transparência do governo estadual. Além de verificar se a lei de transparência está sendo atendida, o grupo quer ir além e criar novas informações a partir do cruzamento de dados.

Lucélia Lucheta, presidente do CRC, explica com um exemplo: os gastos com educação serão analisados em conjunto com número total de alunos, índices de desenvolvimento humano e pobreza, etc, para checar se os recursos estão sendo realmente bem investidos.

“Às vezes você olha um número absoluto e não entende o que ele implicou na vida das pessoas”, afirma ela. “É um papel de cidadania das instituições, para fiscalizar contas públicas”, completa Carlos Carlos Magno Bittencourt, conselheiro do Corecon.

Ainda não há prazo para o grupo publicar os primeiros resultados. Mas, em breve, deverá ser criado um portal para divulgar as informações dos trabalhos, além das páginas na internet das entidades.

## **Nacional**

Dados oficiais mostram que o panorama é complicado. Segundo o último ranking de transparência, divulgado este mês pela Controladoria-Geral da União (CGU), 10 dos 27 estados da federação “reprovaram” no cumprimento da legislação. Amapá e Rio Grande do Norte tiraram zero.

Apesar de ocupar o terceiro lugar no levantamento e ter recebido nota 9,72, o Paraná ainda não cumpre todos os pré-requisitos para atender a lei, principalmente pela falta de clareza nos dados públicos.

Mas o problema de falta de clareza dos dados públicos está longe de ser exclusividade do estado. Levantamento do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (USP), de 2014, mostra que ainda há falhas em praticamente todas as instâncias.

"A maioria [dos entes] não cumpre plenamente o que está na lei", ressalta Gisele Craveiro, uma das coordenadoras da pesquisa.

"Cada site usa um critério diferente, não tem padronização", diz ela. Com isso, fica difícil, ou "quase impossível", cruzar dados e entender profundamente como funcionam as contas públicas.

## Legislação

Conheça as leis que estipulam a transparência de dados de órgãos públicos. Para Cássio Telles, vice-presidente da OAB-PR, a legislação é "perfeita", só falta ser cumprida plenamente.

- Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527/2011. Íntegra em <http://bit.ly/1eKDwfy>

- Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), nº 101/2000. Íntegra em <http://bit.ly/1qcrOii>

## Fiscalização

O Movimento de Olho na Transparência vai notificar formalmente órgãos públicos que tiverem erros no cumprimento das leis.

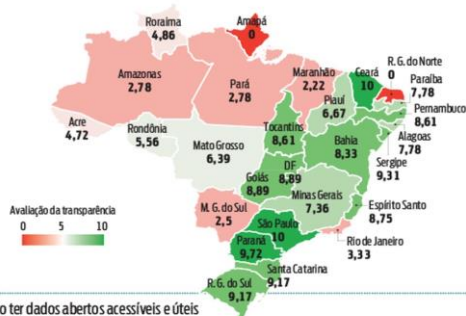
Se os problemas não forem sanados, serão encaminhadas representações ao Ministério Público Estadual (MP-PR).

A fiscalização do cumprimento das Leis de Acesso à Informação (LAI) e de Responsabilidade Fiscal (LRF), que regulamentam a publicidade de informações públicas, pode ser feita por qualquer cidadão.

Se for constatado desrespeito às leis, é possível entrar com uma representação no MP-PR.

### TRANSPARÊNCIA OPACA

Metodologia elaborada pela Controladoria-Geral da União (CGU) dá notas de 0 a 10 à transparência de estados, municípios e entes da federação, de acordo com o grau de cumprimento à Lei de Acesso à Informação (LAI). O balanço da transparência dos estados brasileiros é deste mês.



### Como ter dados abertos acessíveis e úteis

#### Os 8 princípios dos dados abertos



Todos os dados de órgãos públicos são disponibilizados



A publicação deve ser exatamente igual à fonte



A divulgação deve ser rápida



Qualquer pessoa deve entender os dados e usá-los para quaisquer propósitos



As informações devem ser processáveis, ou seja, deve haver a possibilidade de organizá-las de vários jeitos



Qualquer pessoa pode ter acesso aos dados, sem necessidade de identificação



As informações devem estar em um formato sobre o qual nenhum ente tenha controle exclusivo



Não pode haver regulações como direitos autorais, marcas, patentes ou segredos industriais

#### 7 princípios adicionais

- Os dados têm que estar disponíveis na internet e sem custo algum – no máximo o valor da mídia para a reprodução.
- Uma vez colocadas na internet, as informações devem ficar ali indefinidamente.
- Assinaturas digitais ajudam a confirmar que os dados são confiáveis.
- Ouvir a opinião dos usuários é essencial.
- Órgãos devem prezar pela abertura e transparência para o público, se organizando internamente para isso.
- Os portais de transparência devem explicar o significado dos dados e os formatos utilizados.
- Não é recomendável usar formatos que possam conter vírus ou prejudicar o usuário de alguma maneira.



## O ajuste fiscal é o reflexo de um sistema ineficiente

22/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Enquanto o ministro da fazenda Joaquim Levy afirma a investidores em Londres que acredita que a desaceleração econômica no Brasil será temporária, e que o pacote fiscal vai proteger a economia contra os efeitos da inflação, aqui em terras brasileiras o assunto evidentemente é bem mais complexo.

O fato de que o Produto Interno Bruto (PIB) pode alcançar a marca de 1,2%, pior resultado dos últimos 25 anos e a primeira retração desde 2009, assusta não só especialistas da área econômica, mas mostra que ainda existe um caminho nebuloso a ser percorrido.

Sustenta-se um sistema ineficiente por falta de disposição dos governos para a mudança. Os contribuintes já começaram a sentir o efeito da crise que é visível com o aumento da carga tributária.

O ano nem completou o primeiro semestre e os brasileiros já estão arcando com aumento no valor da energia elétrica e de impostos como o IPVA e o IPTU. Reajustes que atingem tanto a classe trabalhadora quanto a empresarial.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), com o ajuste fiscal proposto pelo governo federal, a carga tributária deve subir 0,8 ponto porcentual do PIB. Isso significa que os brasileiros devem pagar R\$ 47,5 bilhões a mais em impostos e contribuições.

Colocando tudo na ponta do lápis, a alta de tributos neste ano seria o dobro do registrado em 2014, fechando o ano em 36,22% do PIB. O instituto calcula ainda que, até o final do mandato do governo atual, serão pagos R\$ 100 bilhões a mais em impostos.

A conta não seria tão absurda se o Brasil não tivesse uma arrecadação tributária extremamente alta quando comparada a outros países de economia similar. E boa parte desse problema está enraizado no nosso sistema tributário que é totalmente complexo.

Conforme avaliação do Banco Mundial, o custo de compliance no Brasil é o mais alto do mundo. Isso significa que gasta-se muito para ditar as regras e manter seu funcionamento.

Em resumo, sustenta-se um sistema ineficiente por falta de disposição dos governos para a mudança. Historicamente a solução adotada em épocas de crises sempre foi a mais fácil, que vem acompanhada do aumento e da criação de novos impostos.

A reforma tributária seria a única maneira de reverter o problema atual e não empurrá-lo para frente como tem sido feito nas últimas décadas. Sim, há 20 anos se fala em reforma do sistema sem que nenhum governo tenha se mobilizado. Talvez se isso já tivesse ocorrido hoje a história seria outra.

O único sinal de que pode haver alguma alteração é no recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que está sendo debatido no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), além do Projeto de Lei 130 do Senado.

O que é apenas um ponto diante do emaranhado de tributos brasileiros. A reforma otimizaria a administração de impostos e reduziria a carga sobre o contribuinte, além de gerar efetivas obrigações para que os recursos fossem utilizados de forma sensata,



certamente uma questão muito importante diante de todos os escândalos de corrupção presenciados nos últimos anos.

Esse era o momento em que o governo deveria convocar tributaristas e representantes de classes competentes para debater sobre a reforma tributária. Claro que em meio à crise, o ajuste fiscal é a solução mais ágil para o governo reequilibrar as contas, mas isso não deveria suprimir o discurso de mudança que foi amplamente disseminado na campanha eleitoral do ano passado.

(Cezar Augusto C. Machado, advogado com atuação em Direito Tributário da Sociedade de Advogados Alceu Machado, Sperb e Bonat Cordeiro).

## **Vendas de cotas de consórcios recuam 2,2% até abril**

22/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



As vendas de novas cotas de consórcio para a aquisição de veículos foram 2,2% menores no primeiro quadrimestre do ano na comparação com mesmo período do ano passado, passando de 724,5 mil para 708,3 mil unidades, conforme dados divulgados na quinta-feira, 21, pela Abac, Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio.

Embora os negócios tenham declinado no período acumulado, o crédito disponível para as novas adesões cresceu 3,3% na mesma base de comparação, chegando a R\$ 20,1 bilhões, refletindo o aumento do valor do tíquete médio em alguns segmentos.

Já as contemplações apresentaram crescimento de 8,8% no acumulado entre janeiro e abril contra iguais meses do ano passado, sendo este o mesmo índice de alta verificado no primeiro trimestre do ano.

Nos primeiros quatro meses do ano, o número de consorciados que tiveram a oportunidade de comprar os bens subiu para 449,8 mil, o que gerou um volume de crédito 14,2% maior, para R\$ 11,2 bilhões.

A entidade engloba no setor de veículos os segmentos de automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motocicletas, que juntos somaram 5,62 milhões de participantes ativos em abril, 9,3% a mais do que em igual mês de 2014.

O setor concentra 88% do total de participantes em todo o sistema nacional de consórcios, que também negocia cotas para os setores de imóveis, eletroeletrônicos e outros bens duráveis, além de serviços diversos.

### **SEGMENTOS**

Para automóveis e comerciais leves, as vendas de novas cotas tiveram crescimento de

7,4% no primeiro quadrimestre, para 318 mil unidades, gerando crédito de R\$ 13,6 bilhões, 8,2% a mais do que em igual período do ano passado. O tíquete médio, referente ao valor médio da cota no mês ficou mais barato para o segmento de leves, passando de R\$ 43,9 mil para R\$ 43,3 mil no comparativo entre abril de 2014 e 2015.

As contemplações cresceram 16,2%, para 169 mil consorciados que receberam sua carta de crédito. Com isso, o segmento recebeu R\$ 6,86 bilhões acumulados no período, alta de 16,5%.

Já no segmento de pesados, as vendas de novas cotas tiveram pequena retração de 1,4%, para 14,3 mil unidades. Mesmo com o valor médio do tíquete estável, em R\$ 160,3 mil, o volume de crédito disponível para o segmento com as novas adesões subiu 1,3%, para R\$ 2,28 bilhões.

As contemplações foram 1,8% menores no período, para pouco mais de 10,8 mil, enquanto o volume de crédito para os contemplados atingiu R\$ 1,51 bilhão, valor estável com relação ao verificado há um ano.

O setor de duas rodas, que corresponde ao segundo maior segmento no número de consorciados, perdendo apenas para veículos leves, observou retração de 9,2% no volume de novas cotas nos primeiros quatro meses do ano, 376 mil unidades, com volume de crédito 9,1% menor acumulado no período, para R\$ 4,2 bilhões.

O tíquete médio para consorciados interessados em adquirir motocicletas ficou mais barato, passando de R\$ 11,5 mil para R\$ 11,3 mil no fechamento do quadrimestre.

## **Bosch: divisão de engenharia avançada faz ofensiva no Brasil**

22/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Apoiada no aumento da necessidade de desenvolver tecnologias mais adequadas ao mercado local, a Bosch Engineering Group (BEG) avança no Brasil. A subsidiária da Robert Bosch é especializada em soluções de engenharia.

O que diferencia a divisão do desenvolvimento que já é feito pela fabricante de autopeças é que o serviço não é atrelado a contrato de fornecimento de autopeças ou sistemas. Além disso, o trabalho também não está relacionado ao volume de produção de determinado componente e pode ser feito para aplicações muito específicas e pontuais.

Entre os serviços oferecidos estão, por exemplo, desenvolvimentos para protótipos ou carros-conceito em que uma montadora possa estar trabalhando. Outro segmento importante é o automobilismo.

“Trabalhamos com duas equipes da Fórmula 1”, revela Thomas Lehmann, vice-presidente da divisão de powertrain da BEG. A empresa não restringe sua presença apenas ao setor automotivo. “Cobrimos tudo relacionado à mobilidade, desde duas rodas até aviação”, detalha.

Segundo ele, a companhia nasceu para atender as necessidades da globalização e da adaptação de produtos a diferentes mercados e legislações. Outro objetivo é ajudar os clientes a acompanhar os ciclos cada vez mais rápidos de inovação com crescente aumento da complexidade.

Fundada em 1999 com equipe de apenas 13 pessoas, a jovem empresa alcançou em maio deste ano a marca de 2 mil colaboradores. A maior parte do pessoal atua na matriz da empresa na cidade alemã de Abstatt, mas há unidades em outros oito países. O time

brasileiro conta com 20 pessoas, além de aprendizes e estagiários. A companhia chegou ao País em 2011 e tem hoje dois escritórios: em Campinas (SP), onde fica a sede nacional da Robert Bosch, e em Curitiba (PR), na mesma estrutura da planta responsável pela produção de sistemas diesel, área em que a divisão de engenharia vem concentrando esforços.

“A exigência do setor de transportes é muito grande. Há também um grande mercado na área de mineração e em segmentos como óleo e gás”, avalia Thomas Junge, responsável pela operação brasileira da Bosch Engineering. No Brasil a empresa também recebe muitas consultas sobre motores flex, principalmente de newcomers interessadas em tropicalizar seus carros.

O portfólio da filial brasileira já inclui o desenvolvimento de solução para motor diesel com aplicação marítima. A empresa chegou ao projeto de injeção de gás natural para reduzir consumo de combustível, o chamado Dual-fuel, que, segundo a BEG, tem potencial para reduzir em 30% o custo da operação do cliente.

Outro caso lembrado por Junge foi para o segmento de mineração, com a aplicação de sistema Start-Stop nos caminhões envolvidos na operação de uma empresa, garantindo substancial economia de combustível.

“Estamos investindo em equipamentos como dinamômetros no País para poder fazer mais desenvolvimentos”, conta Junge.

“Vemos grande potencial de crescimento da demanda por este tipo de serviço nos próximos anos”, acredita.

Segundo ele, a presença na América Latina é importante por causa das particularidades da região, como a geografia e os combustíveis.

No Brasil a operação tem incentivo extra com o Inovar-Auto, que estimula as engenharias locais e o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Além disso o programa impõe metas de eficiência energética para os veículos vendidos localmente, o que impulsiona a demanda das montadoras por novas soluções e tecnologias.

## **CÉLULA DE COMBUSTÍVEL**

Globalmente a Bosch Engineering destaca sua atuação em projetos que envolvem veículos elétricos a célula de combustível.

Enquanto a tecnologia permanece sem competitividade para equipar carros de passeio, a empresa tem trabalhado em outras aplicações em que já há mercado, como empilhadeiras e no transporte de malas para o avião em aeroportos.

No primeiro caso a empresa chegou a uma solução que garantiu economia anual de US\$ 2 mil por veículo a um cliente nos Estados Unidos.

## **Novos Projetos de Lei**

22/05/2015 - Fonte: FIEP

*Departamento de Assuntos Legislativos nº 04. Ano XI. 18 de fevereiro*

## Soluções das empresas para o caso de faltar água no trabalho

22/05/2015 - Fonte: Exame

### **BANCO DE HORAS**

Algumas empresas planejam dispensar os funcionários nos dias mais críticos e adotar um esquema de compensação futura por meio de um banco de horas.

É o caso da fabricante de bebidas Bacardi, com sede em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. O sistema de banco de horas deve ser adotado tanto para os operários da fábrica como para os trabalhadores administrativos.

#### **Como lidar**

- Prepare um cronograma definindo datas para a conclusão de cada tarefa, já que você terá menos tempo para executar as mesmas atividades. "Adote um sistema parecido ao das vésperas de feriado, em que nos desdobramos para dar conta de tudo em uma semana menor", diz Paulo Moraes, gerente executivo da Talenses, empresa de recrutamento de São Paulo.
- Dedique o tempo no escritório totalmente ao trabalho e deixe compromissos pessoais para os dias de dispensa.
- Nos dias em que for compensar as horas devidas e prolongar a jornada, procure fazer pausas ao longo do dia, para que o tempo a mais no trabalho seja realmente produtivo.

### **JORNADA REDUZIDA**

A agência de publicidade DM9DDB, na capital paulista, é uma das que podem adotar a jornada reduzida em caso de piora da crise hídrica. A empresa já testou esse modelo no ano passado, com a liberação dos empregados a partir das 16 horas das sextas-feiras durante o horário de verão.

"Já fizemos essa experiência e vimos que as pessoas se engajaram bastante, e o resultado foi mais produtividade e qualidade no trabalho, o que nos deixa tranquilos caso precisemos repetir essa medida", afirma Maria Eduarda Lomanto, diretora de RH da DM9DDB, de São Paulo.

#### **Como lidar**

- Diminua o tempo no cafezinho, nas conversas paralelas e nas redes sociais e seja mais objetivo nas reuniões.
- Não deixe suas entregas para a última hora. Não dá para correr o risco de atrasar o atendimento a um cliente porque você não pediu a aprovação de seu chefe a tempo.
- Comunique outros departamentos e parceiros de negócios de seu novo horário nesse período, para que eles também possam se programar.

### **REVEZAMENTO**

A Vip Corretora, de São Paulo, testou em dezembro um sistema pelo qual os funcionários que terão jornada reduzida se revezam. "Fizemos um esquema de rodízio, liberando 70% do escritório em cada sexta-feira a partir das 14 horas", diz Nicholas Weiser, CEO da corretora, que tem 25 funcionários.

"Ainda não conseguimos medir a produtividade, mas percebemos que os funcionários estão mais motivados, então, não teremos problemas em alongar essa experiência", afirma.

## **Como lidar**

- Evite que o afastamento do escritório comprometa seu fluxo de trabalho fazendo um cronograma diário de suas tarefas de curto, médio e longo prazo.
- Renegocie prazos, principalmente com clientes externos, que podem não entender por que algumas demandas estão demorando um pouco mais para ser atendidas.
- Num esquema de revezamento, é fundamental saber dividir e delegar tarefas aos colegas que estarão de plantão enquanto você folga.

## **HOME OFFICE**

No escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que tem em São Paulo a maioria de seus 710 funcionários, a crise hídrica acelerou o processo de implantação do home office, disponível para 20% dos advogados.

Para isso, o escritório reforçou os servidores e comprou softwares e equipamentos para apoiar o trabalho remoto. "Precisamos assegurar a confidencialidade de nossos clientes", diz Sólton Cunha, sócio do escritório na área trabalhista.

Já a área de recursos humanos da Incube, desenvolvedora de tecnologia móvel e aplicativos com 180 funcionários, na capital paulista, preparou uma escala em que classifica suas áreas segundo o grau de dependência do trabalho presencial e coletivo.

Com um agravamento da falta de água, o trabalho remoto — atualmente vigente para 15% do pessoal — seria estendido gradativamente ao restante do quadro, seguindo essa escala. "Mas, se for preciso, 100% da empresa pode entrar em home office", diz Sheyla Angelotti, diretora de RH da Incube, de São Paulo.

## **Como lidar**

- Em casa, explique à família que sua presença ali não significa que você está de folga e delimite um espaço para trabalhar sem ser interrompido.
- Se o ambiente caseiro não permitir concentração, com crianças e pessoas circulando o tempo todo, procure outros espaços, como cafés e espaços de trabalho compartilhado.
- Em horário de trabalho, o profissional em home office está à disposição da empresa. Por isso, não descuide de e-mails nem do celular.
- Mesmo de longe, mantenha o chefe informado sobre o andamento e a execução das tarefas.
- Prepare-se para os encontros presenciais com dúvidas, sugestões e dados sobre os avanços obtidos durante o período de trabalho remoto. Aproveite essas ocasiões para planejar os próximos dias.

## **CAMINHÃO-PIPA E BANHEIRO QUÍMICO**

Nas empresas e nos departamentos onde não é possível ter flexibilidade de horário, a saída tem sido o investimento em medidas como a perfuração de poços ou a compra de suprimentos adicionais de água.

É o caso da Uranet, empresa de call center de São Paulo, com mais de 5 000 colaboradores, que já vem recorrendo a caminhões-pipa para garantir o abastecimento em três de seus cinco endereços na cidade.

Em caso de intensificação da crise, a direção já tem um plano para manter os banheiros em funcionamento. "Fizemos acordo com fornecedores de banheiros químicos para o caso de um colapso no fornecimento de água", diz Roberto Noda, diretor da Uranet.

## Como lidar

- Leve de casa água para beber e álcool gel para a higiene das mãos.
- Evite ao máximo o desperdício nas torneiras e na descarga, para que colegas de outros turnos não fiquem sem água.
- Procure ser rápido no uso dos banheiros para que não se formem filas caso alguns sanitários sejam substituídos por versões químicas.

## O emprego em 2015

22/05/2015 - Fonte: Correio Braziliense

Os últimos meses têm sido marcados por uma redução do emprego. Ao longo de 2014, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostraram uma perda de fôlego na geração de postos de trabalho.

Nos primeiros 11 meses do ano passado, o Brasil gerou cerca de 940 mil empregos formais. Como no mês de dezembro há sempre um grande número de dispensas, o ano deve ter fechado com cerca de 600 mil empregos - muito pouco de comparado com os 2,5 milhões criados em 2010.

Setorialmente, há sinais preocupantes. A indústria de transformação perde força há dois anos. Só em novembro de 2014, houve uma destruição de quase 45 mil empregos industriais. As empresas do setor automotivo dispensaram, em média, mil trabalhadores por mês em 2014. Com a elevação do IPI em 2015, não há perspectivas de melhora.

A construção civil vem reduzindo o número de empregados de Norte a Sul do Brasil como reflexo da retração de demanda. Em outubro, em São Paulo, houve uma diminuição de 50% nas compras de imóveis novos em relação ao mesmo mês de 2013. A resposta veio em seguida: em novembro, o setor não só deixou de criar como destruiu cerca de 50 mil empregos.

A construção pesada começa a sofrer os efeitos da retração dos contratos das grandes empresas estatais, em especial, Petrobras e Eletrobras. Os jornais noticiam diariamente o cancelamento de grande número de contratos com construtoras que têm muitos empregados. Além disso, há atrasos de pagamento aos fornecedores que já estão dispensando em grande escala.

Em suma, mesmo antes de iniciar o ajuste fiscal, a oferta de emprego no Brasil vem retraindo de forma preocupante. A taxa de desemprego indicada pela Pnad-Contínua - 6,8% - só não é mais alta devido à acentuada redução dos que procuram emprego.

No terceiro trimestre de 2014, havia 1,7 milhões de pessoas que não trabalhavam nem procuravam empregos. Os motivos são diversos. A melhoria da renda familiar nos últimos anos permitiu que os jovens ficassem mais tempo na escola e longe do trabalho - o que é bom.

Entre os idosos, a melhoria dos valores da Previdência social e dos programas sociais fez muitos deles saírem do mercado de trabalho e não mais procurar emprego. A redução da procura é o que tem mantido a taxa de desemprego em estabilidade.

Dois mil e quinze apresenta-se como desempregador por força do ajuste fiscal a ser feito nas finanças federais. Os ministros indicados prometem reduzir 1,2% do PIB nas despesas públicas. Na realidade, a redução será de 1,7%, pois 2014 terminou com déficit de 0,5% aproximadamente. Os cortes nas despesas públicas vão afetar várias áreas,

entre elas, a de infraestrutura, que tem a situação agravada pelos problemas mencionados nas grandes empresas estatais.

A indústria de transformação, cuja produção diminuiu 3% em 2014, levará um bom tempo para se recuperar e voltar a empregar. O maior problema é a perda de competitividade.

Um estudo recente mostrou que o crescimento das importações de produtos industrializados da China gerou naquele país cerca de 1 milhão de empregos em empresas que atendem o Brasil. Será demorado reverter esse quadro. No curto prazo, é mais provável que as empresas continuarão a demitir.

O setor de comércio e serviços sustentou até aqui o grosso do crescimento do emprego. Mas mostra sinais de fraqueza. As taxas de crescimento do emprego caíram bastante no segundo semestre de 2014.

Com a elevação dos juros e redução do crédito e as notícias de desemprego que rondam o país, os consumidores estão mais retraídos e tudo indica que, sozinho, esse setor não terá condições de recuperar a pujança no crescimento do emprego observada no passado.

O estímulo que poderia vir da expansão da economia internacional é bastante duvidoso. O crescimento na zona do Euro é pífio. Na Ásia, há vários sinais de desaceleração, em especial na China. Os Estados Unidos são uma exceção, mas o Brasil tem poucas vantagens comparativas para aproveitar do crescimento americano. Ainda somos exportadores de commodities cuja demanda e preço caem a cada dia.

Com a forte redução do preço do Petróleo, a crise da Petrobras terá um efeito deletério sobre o emprego em 2015, pois esse setor tem uma cadeia produtiva enorme. Qualquer oscilação na estatal afeta seriamente vários setores para frente e para trás na cadeia.

O próprio clima de incerteza deve levar muitos fornecedores a diminuir o interesse para prover bens e serviços à Petrobras e outras estatais problemáticas, como é o caso da Eletrobras. E um provável aumento de impostos desestimulará ainda mais os investimentos. Isso comprometerá bastante o crescimento da infraestrutura.

Diante de uma retração do emprego, os salários devem crescer menos do que em 2014. Isso vai afetar a renda média da família, reduzindo a folga de recursos que permite aos jovens só estudarem.

Muitos deles podem ser levados a procurar emprego. Uma eventual redução no valor das pensões previdenciárias deve ter o mesmo efeito nos mais idosos. Maior pressão por emprego vai gerar uma inevitável elevação da taxa de desemprego.

O quadro não é bom. Haverá muitas reclamações e protestos dos trabalhadores, sindicalistas, empresários e parlamentares.

Caberá à presidente Dilma Rousseff acalmar os ânimos e garantir a execução do ajuste fiscal. Para o governo do PT, que se notabilizou pela distribuição de benesses, será um grande desafio.

**(José Pastore é professor da Universidade de São Paulo, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras.)**



## **Montadoras alemãs unem-se a gestora em oferta pela HERE**

22/05/2015 - Fonte: Exame



As montadoras alemãs de luxo Mercedes, Audi e BMW se aliaram à empresa de private equity General Atlantic para elevar suas chances de obter a unidade de mapas HERE da Nokia, disseram duas pessoas familiarizadas com o assunto.

Após anunciar a aquisição da fabricante de equipamentos de rede Alcatel-Lucent por 15,6 bilhões de euros, a finlandesa Nokia no mês passado começou uma análise estratégica de seu negócio de mapas, colocando em movimento um processo de leilão que jogou empresas de Internet como Uber e Baidu contra montadoras.

Uma fonte do setor financeiro disse nesta quinta-feira que a General Atlantic provavelmente tomará uma fatia de 30 por cento no consórcio liderado pela indústria automotiva, mas que o percentual exato ainda não foi finalizado e pode mudar.

Outra fonte disse que cada uma das três montadoras está preparada para contribuir com até 700 milhões de euros, mas que o percentual de participação de cada uma ainda não foi definido.

As montadoras ainda não obtiveram uma resposta da Nokia e estão aguardando por uma antes de pensarem em aumentar a oferta, disse outra fonte.

A Nokia, Daimler - que controla a Mercedes-Benz - a BMW e a Audi, da Volkswagen não quiseram comentar. A General Atlantic Partners também não quis comentar.

## **Executivo da Volks defende reduzir estrutura de Conselho**

22/05/2015 - Fonte: Exame



O chefe do conselho de trabalho da Volkswagen quer uma estrutura de administração reduzida na montadora, disse ele a uma revista alemã, conforme a companhia faz uma pausa após a saída do presidente do Conselho de Administração, Ferdinand Piech.

O Conselho de Administração da VW atualmente é composto de nove membros e inclui posições responsáveis por compras, China, veículos comerciais, vendas e Audi.

"Realmente precisamos de um membro do Conselho para produção do grupo, um para vendas do grupo?", disse Bernd Osterloh segundo entrevista publicada em uma revista semanal.

Osterloh também expressou algumas críticas sobre o alto escalão de administração da companhia, baseado na cidade alemã de Wolfsburg, dizendo que deveria ser dada mais responsabilidade a gestores locais.

"Aqui em Wolfsburg, algumas pessoas presumem saber que tipo de carro brasileiros, norte-americanos ou pessoas na Índia gostam de dirigir", disse ele à revista. "Estranho então, como alguns desses carros parecem não atender os gostos de consumidores".

## **Terceirização e medo da 'pejotização'**

22/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Na reta final da sua tramitação, o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que trata da terceirização, gerou medo em muitas pessoas que temem perder seu emprego para serem todas "pejotizadas".

Trata-se do receio de as empresas contratarem todos os seus colaboradores como pessoas jurídicas, comumente chamadas de PJs. A insegurança é mais acentuada em categorias profissionais nas quais a prática da "pejotização" já existe: jornalistas, enfermeiros, professores e outras. O que dizer?

Atualmente, muitas contratações realizadas com pessoas jurídicas unipessoais são legítimas e lícitas, como os casos dos técnicos e consultores que prestam serviços especializados às empresas contratantes sem nenhuma subordinação jurídica.

Aí estão o advogado que defende uma empresa, o engenheiro que faz um projeto de edificação ou o sociólogo que realiza uma pesquisa de mercado.

Há contratações, porém, que constituem graves violações da lei, em especial quando os profissionais prestam serviços sob as ordens das empresas contratantes. Muitas vezes, isso é feito com pessoalidade e habitualidade - fatos que agravam a infração, por caracterizarem em definitivo uma relação de emprego (artigo 3.º da CLT).

O PL 4.330/2004 não revogou esse dispositivo nem o artigo 9.º da CLT, que penaliza as empresas que fraudam ou desvirtuam a legislação trabalhista. Isso significa que as empresas que violam a lei hoje incorrerão no mesmo ilícito se contratarem profissionais naquelas condições no dia de amanhã.

É importante dizer, porém, que o PL 4.330/2004 criou medidas adicionais que dificultam ainda mais a "pejotização", a saber:

Independentemente da existência de um contrato formal de terceirização, se configurados os elementos do artigo 3.º da CLT, que define a relação de emprego, a contratante fica sujeita ao pagamento de todos os direitos trabalhistas, previdenciários e tributários, além de arcar com multas e eventuais processos administrativos e até ações criminais (artigo 4.º, § 1.º).

Pelo PL 4.330/2004, a contratada será obrigada a criar um fundo correspondente a 4% do valor do contrato para atender a eventuais emergências no caso de inadimplência de obrigações trabalhistas e previdenciárias. Esse fundo deverá ser lastreado por dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária (artigo 5.º, § 2.º).

A contratante deverá informar ao sindicato da correspondente categoria profissional o setor ou setores envolvidos no contrato de prestação de serviços terceirizados, no prazo de 10 (dez) dias a contar da celebração do contrato (artigo 7.º).

O sindicato em tela, que dá especial atenção aos filiados empregados, poderá denunciar a contratante ao suspeitar de fraudes na contratação de PJs.

No caso de subcontratação ou de "quarteirização", esta precisa constar do contrato inicial de terceirização e o fato será comunicado ao sindicato dos trabalhadores da respectiva categoria profissional (artigo 3.º, § 3.º).

Por fim, o PL 4.330/2004 proíbe a demissão de empregado para recontração imediata como PJ ao impedir que a empresa contratada tenha como um de seus titulares ou sócios um ex-empregado da contratante nos últimos 12 meses (artigo 2.º, § 2.º, inciso III).

Portanto, em vez de estimular a "pejotização", o PL 4.330/2004 traz mais proteções do que as atuais no que tange à contratação fraudulenta das PJs.

É claro que a "pejotização" é uma preocupação legítima em face das fraudes que realmente existem. Mas achar que isso vai piorar com o PL 4.330/2004 é um mito. Com o endurecimento das regras e o encarecimento da contratação provocado por aquele projeto de lei, as contratantes pensarão duas vezes antes de terceirizar licitamente com empresas idôneas e três vezes antes de contratar ilicitamente um profissional como PJ na situação de empregado. As infrações trarão mais dor.

**\* Respectivamente, professor da FEA-USP e advogado trabalhista, são membros do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP**

## **Novos Projetos de Lei - Automóveis**

22/05/2015 - Fonte: FIEP

**Dispõe sobre a obrigatoriedade dos modelos dos contratos de adesão referentes aos financiamentos e contratos de compra e venda de automóveis e imóveis firmados no território paranaense serem previamente analisados pelo PROCON-PR.**

**PL 330/2015 de autoria do deputado Requião Filho.**

Dispõe sobre a análise previa de contratos de adesão referentes aos financiamentos e contratos de compra e venda de automóveis e imóveis pelo PROCON-PR, antes de sua utilização no mercado.

O PROCON-PR, após análise contratual, deverá identificar cláusulas abusivas e informar os responsáveis para a adequação dos contratos no prazo de 30 (trinta) dias.

O PROCON-PR manterá cadastro de empresas, acessível aos consumidores, que se encontre em acordo com a legislação vigente, e concederá selo de regularidade aos contratos regulares.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tramitação: Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

## **Britânico HSBC estuda deixar o Brasil ainda neste ano**

22/05/2015 - Fonte: Bem Paraná

Em nota, o banco britânico HSBC estuda a possibilidade de vender sua unidade brasileira. O posicionamento foi comunicado ao mercado após demonstrações de interesse no negócio terem aumentado e o Santander Brasil ter se manifestado favorável a consideração de realizar a compra.

O banco disse nesta sexta-feira, 22, que está "explorando várias opções estratégicas", incluindo a venda de suas operações brasileiras. Nenhuma decisão sobre uma transação foi tomada até agora, disse o banco em um curto comunicado.

O comunicado foi repassado aos funcionários do banco, inclusive na sede brasileira, em Curitiba. Há informações internas de que há pressão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para que a operação de venda fosse oficializada.

O presidente-executivo do Santander Brasil, Jesus Zabalza, disse nesta semana que estava estudando os termos de compra, apesar de ter declarado que pretendia saber mais detalhes antes de tomar uma decisão. O Santander é de origem espanhola e há alguns anos comprou o banco Real Amro.

O presidente-executivo do HSBC, Stuart Gulliver, disse em fevereiro que os quatro negócios problemáticos da instituição financeira – Brasil, México, Turquia e Estados Unidos – precisavam melhorar ou serem vendidos. O banco iniciou processos de venda no Brasil e na Turquia, mas os negócios nos EUA e no México devem ser mantidos, disseram fontes.

O HSBC deve selecionar um comprador preferencial para sua unidade brasileira a partir do mês que vem. As ofertas pela unidade podem não ultrapassar seu valor contábil, estimado em cerca de US\$ 3,3 bilhões, disseram fontes.

Além do Santander Brasil, também houve interesse de Bradesco, do BTG Pactual, do canadense Bank of Nova Scotia e do chinês ICBC, disseram fontes.

As unidades brasileira e turca são grandes negócios, mas não estão entre os cinco principais bancos nem no Brasil nem na Turquia.

O HSBC teve prejuízo de US\$ 247 milhões no Brasil e de US\$ 64 milhões na Turquia no ano passado, uma vez que as perdas com as unidades de varejo ofuscaram os lucros com seus bancos de investimentos nos dois países.

## **Governo estuda tirar de empresas benefício tributário concedido há 20 anos**

22/05/2015 - Fonte: Portal Contábil

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, confirmou nesta quinta-feira, 21, que a cúpula do Ministério da Fazenda estuda a extinção de um benefício tributário concedido às empresas brasileiras há quase 20 anos.

Malaquias afirmou que os estudos para o fim da distribuição de lucros pelas empresas por meio do instrumento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) estão no gabinete do ministro Joaquim Levy. A informação foi antecipada pela coluna Direto da Fonte, do jornal O Estado de S. Paulo, na quarta-feira, 21.

"Esse assunto está sendo discutido no gabinete do ministro. Ainda não temos informações

sobre isso", comentou. Malaquias disse que o Fisco não dispõe de cálculos sobre a arrecadação extra que essa mudança poderia proporcionar. "Evidentemente, vai para nossa área técnica para fazermos estimativas", afirmou.

A medida, que conta com a boa vontade do PT, o partido da presidente Dilma Rousseff, poderia render aproximadamente R\$ 14 bilhões a mais, por ano, aos cofres federais.

A modalidade de Juros sobre Capital Próprio foi criada em 1995 como uma forma alternativa para as grandes empresas e os bancos de capital aberto distribuírem lucro. Na prática, o mecanismo permite às grandes instituições do País recolher menos tributos.

Além disso, outras medidas tributárias estão em estudo no governo, como forma de engrossar os cofres públicos e auxiliar o ajuste fiscal. O Ministério da Fazenda estuda aumentar tributos para compensar as atenuações promovidas pelos parlamentares nas medidas provisórias que restringem a concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas.

Entre os tributos e impostos que podem ser elevados estão o PIS/Cofins que incide sobre o faturamento das empresas e também impostos regulatórios, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Parte do ajuste fiscal em condução pelo governo já depende de aumento de impostos. Em janeiro, Levy e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, anunciaram um grande pacote com fortes altas de tributos.

O IOF que incide sobre o crédito ao consumidor foi dobrado, de 1,5% para 3%, e o governo também aumentou impostos sobre combustíveis, produtos importados e o setor de cosméticos.

Esse pacote deve elevar a arrecadação em R\$ 20,6 bilhões somente em 2015. Apenas esse pacote de aumento de impostos representa um ganho econômico superior ao que seria obtido originalmente com as medidas provisórias enviadas ao Congresso Nacional.

## **CSN pede à CVM revisão do caso Ternium-Usiminas**

22/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) não desistiu de provar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Justiça comum que a entrada do grupo italiano Ternium - Techint no capital da Usiminas resultou em mudança de controle.

A estratégia da empresa comandada por Benjamin Steinbruch permanece sendo a de convencer as partes que a concorrente mineira tem como controlador efetivo apenas a Ternium.

A companhia vai utilizar dados de sua mais recente derrota, no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para reforçar a argumentação nos próximos passos da disputa.

O órgão antitruste admitiu que não levou em conta a questão societária no ato de concentração e a CSN alega que o voto de alguns conselheiros comprovariam que sua tese faz sentido.

Ernesto Tzirulnik, advogado que cuida do processo para a CSN, disse em entrevista ao Valor que o julgamento cujo primeiro episódio na 3ª Vara Cível de São Caetano do Sul (SP) terminou em derrota para a siderúrgica, pode ter o recurso requisitado pela empresa

levado ao tribunal novamente a qualquer momento. Ele também já fez o pedido à CVM para reabertura do processo em um esforço para tentar convencer o colegiado da autarquia que a chegada da Ternium daria, sim, direito ao chamado "tag along" - outro capítulo perdido no passado.

Na petição entregue à CVM, o escritório reforça a ideia de que o grupo italiano sonou informações quando informou a entrada na Usiminas. A estratégia foi falha no episódio com o Cade, que negou haver "enganosidade" por parte da Ternium.

Entretanto, na decisão do conselho, o relator Gilvandro Vasconcelos de Araújo lembrou que a própria CSN já admitiu ao Cade que o controle da Usiminas era compartilhado com a Nippon Steel e com a Caixa dos Empregados. A conselheira Ana Frazão declarou ainda que, para todos os efeitos, os poderes de Ternium e Nippon Steel eram iguais.

Procurado pelo Valor para comentar a estratégia jurídica da CSN, o escritório de advocacia Mattos Filho, que representa a Ternium, preferiu não se pronunciar sobre o assunto. A própria CSN também disse que não daria declarações adicionais.

Uma das novidades do caso é um artigo presente tanto no antigo como no novo acordo de acionistas, que caracterizava como "mudança de controle" a transferência de 50% ou mais do poder de voto de um controlador a outro investidor - exatamente o que ocorreu com a Ternium.

A CSN tenta convencer a regulação e a Justiça de que a Ternium se tornou a única controladora de fato. Em 2011, a italiana aceitou pagar R\$ 36 por ação ordinária em posse da Votorantim e da Camargo Corrêa, terminou o processo com 43,3% do bloco de controle e minou as chances de a companhia de Steinbruch seguir a escalada na conquista por maior direito de voto. Anteriormente, a CSN havia adquirido 14% dos papéis ON da Usiminas, mas desde então teve seu poder político anulado pelo Cade.

O conselho do Cade decidiu ainda que a CSN teria de suas ações na concorrente mineira dentro de um prazo, mantido em segredo. A CSN alega que tem direito de retirada do investimento por conta da entrada da Ternium, recebendo 80% do valor pago pela fatia de Votorantim e Camargo no negócio.

## **CSP, da VALE, terá US\$ 3,1 bi de financiamento**

22/05/2015 - Fonte: Isto É

A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), sociedade entre a Vale, com 50%, e as sul-coreanas Dongkuk (30%) e Posco (20%), conseguiu financiamento de US\$ 3,1 bilhões para concluir o projeto de construção da usina, que será erguida em São Gonçalo do Amarante (CE).

Além do BNDES, que aprovou investimento da ordem de US\$ 1 bilhão deste total, integram a operação o Export-Import Bank of Korea (Kexim), que liderou o consórcio que reúne outros sete bancos comerciais e investirá os US\$ 2,1 bilhões restantes.

Esse é o primeiro acordo de financiamento multifonte entre o banco de desenvolvimento brasileiro e uma agência de crédito à exportação coreana, afirmou Luis Alberto Ambrósio, sócio do escritório Trench, Rossi e Watanabe Advogados, que atuou nessa operação em parceria com a equipe do Vieira, Rezende, Barbosa e Guerreiro Advogados.

O início da produção da siderúrgica, que terá capacidade de produção de até 3 milhões de toneladas anuais de placas de aço, está previsto para 2016. Segundo Ambrósio, a aprovação desse financiamento viabiliza a concretização desse projeto. A expectativa é de



que toda produção seja destinada à exportação. O investimento total está orçado em cerca de R\$ 12,7 bilhões.

Recursos. Em janeiro, o banco francês BNP Paribas aprovou empréstimo-ponte de US\$ 240 milhões por seis meses para a construção da usina. O primeiro empréstimo, de US\$ 900 milhões, foi contratado pela CSP com um "pool" de bancos formado por Santander, HSBC e instituições financeiras coreanas Korea Finance Corporation (KoFC) e Nonghyup Bank.

Além de US\$ 1,2 bilhão injetado via financiamentos de curto prazo, cerca de US\$ 2 bilhões em capital próprio já foram aportados pelos acionistas na CSP. Desse total, a Vale investiu US\$ 1 bilhão.

## **Crise econômica na VSB**

22/05/2015 - Fonte: Estado Atual Online

Na VSB 1.400 trabalhadores terão contratos suspensos temporariamente, indústria mineradora e siderúrgicas da região, sentem os efeitos da crise que agravada a cada dia com a queda das encomendas internacionais em setores chaves, como comércio, serviços e construção civil. Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Ouro Branco e região tem sofrido com a economia é dependente do desempenho da indústria mineradora e da siderurgia local.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco, Congonhas, Jeceaba e Base firmou acordo para suspensão de contrato de trabalho na siderúrgica VSB, fabricante de tubos de aço que praticamente vai parar.

Segundo o sindicato o acordo com empresa, começa a entrar em vigor em junho e vai garantir a estabilidade do emprego a 1.400 trabalhadores, por 11 meses. Segundo Carlos José Cavalcanti, diretor do sindicato, a partir de junho os trabalhadores entram em férias coletivas pelo período de cinco meses, quando vão fazer curso de capacitação, com duração de quatro horas diárias, sem redução de salários.

"No retorno haverá estabilidade por mais seis meses. Nesse momento de crise, nossa maior preocupação é evitar demissões", diz Cavalcanti.

Como o preço dos produtos também foram reduzidos, a crise é sentida por todos os lados. "A arrecadação com tributos do poder público fica menor. De dezembro do ano passado a março foram 507 demissões no setor metalúrgico", ressalta.

Congonhas sofre com a queda da economia. Em Congonhas, onde atuam indústrias extrativas, como Vale e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o saldo de empregos do ano é negativo. De janeiro a março a queda é 0,28% segundo dados do Caged.

Em março, a variação do mercado de trabalho formal ficou negativa em -0,86%, com o saldo de 110 vagas fechadas. Comerciantes da região afirmam que houve queda de 40% com redução nas mineradoras Vale e CSN. Empregos sentem impacto. No acumulado do primeiro trimestre do ano, houve queda de 4,6%, com retração nos 18 setores investigados.

As mais relevantes vieram de meios de transporte (-8,8%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-11,9%), produtos de metal (-9,3%), outros produtos da indústria de transformação (-8,2%), máquinas e equipamentos (-5,1%), alimentos e bebidas (-1,5%), calçados e couro (-7,1%), vestuário (-4,3%), metalurgia básica (-6,3%), papel e gráfica (-3,4%) e refino de petróleo e produção de álcool (-6,6%).



## **Minério de ferro: dinheiro chinês desequilibra. Australianos agora terão que rever estratégias**

22/05/2015 - Fonte: Geólogo.com

O financiamento de US\$5 bilhões e os negócios que a Vale fechou com os chineses estão repercutindo do outro lado do mundo. Não é a toa que os australianos estão terrivelmente preocupados, afinal, os chineses colocaram o seu precioso dinheiro na brasileira Vale .

As implicações deste ato são enormes e mostram, de forma clara e inequívoca, que os chineses já pegaram o cavalo ganhador. É isso mesmo a Vale tem, agora, todas as condições de conquistar o pódio da maior corrida da mineração mundial: a do minério de ferro.

A mineradora brasileira tem:

1-O melhor minério de ferro: a Vale tem um minério de altíssimo teor, sem contaminantes e sem rival no seu Projeto S11D. O minério é tão espetacular que vai ser vendido como premium reduzindo os custos e a poluição das siderúrgicas compradoras.

2-O menor custo operacional por tonelada: o S11D pode produzir minério de ferro com custos próximos de US\$10/t. Nenhum competidor da Vale tem um custo tão baixo para um minério de tamanha qualidade.

3-Baixíssimo custo de frete: com a maior frota de meganavios tipo Valemax a Vale pode descarregar o seu minério em portos chineses sabendo que o seu custo de frete está entre os mais baixos do mundo.

4-Capacidade de produção gigantesca: a Vale pode acelerar a sua produção, se necessário, para fazer frente, sozinha as suas maiores competidoras a Rio Tinto e a BHP.

Trata-se de uma ameaça séria que deverá mudar completamente a estratégia das produtoras de minério de ferro australianas que veem ameaçada a sua hegemonia. O que veremos a seguir é a vinda de mineradores e empresários australianos ao Brasil. É a velha máxima. Se não pode com o inimigo una-se a ele...

## **Austrália não investigará minério de ferro**

22/05/2015 - Fonte: Geólogo.com

O governo australiano afirmou nesta quinta-feira (21), que não pretende instituir uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o mercado de minério de ferro, disse hoje o secretário do Tesouro, Joe Hockey.

"Após discutir o assunto com agências reguladoras e acionistas do setor, o governo decidiu não iniciar uma investigação neste momento", afirmou Hockey em um comunicado.

A decisão contraria a fala do primeiro-ministro Tony Abbott, que na semana passada disse ser a favor da investigação. Abbott disse que era importante descobrir o que causava a forte queda do preço do minério de ferro, o carro chefe das exportações australianas.

Para o senador independente Nick Xenophon, um inquérito precisa ser instaurado para investigar relatos de que gigantes do ramo, como BHP Billiton e Rio Tinto, estariam aumentando a produção para fazer cair os preços e prejudicar competidores menores.

A BHP não quis comentar o caso, e porta-vozes da Rio Tinto e da Fortescue não foram encontrados para se posicionar sobre o assunto. No início da semana, o executivo chefe

da BHP, Andrew Mackenzie, alertou que uma investigação parlamentar iria enviar um "sinal terrível" para compradores de minério de ferro como China e Japão, encorajando-os a investir mais em outros países ricos no minério, como o Brasil.

## **Capacidade ociosa da indústria é a maior em seis anos, diz CNI**

22/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

A produção brasileira de manufaturados aprofundou a queda em abril, na comparação com março e, com isso, a ociosidade do parque produtivo do país é a maior em seis anos, de acordo com a pesquisa mensal "Sondagem Industrial" divulgada nesta quinta-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice de produção industrial caiu para 39,7 pontos em abril, de 48,2 pontos em março. Números abaixo de 50 pontos indicam queda de produção.

A Utilização da capacidade instalada (UCI) efetiva em relação ao usual para o mês atingiu 35,6 pontos, o menor da série histórica iniciada em junho de 2009. Em abril, a indústria operou, em média, com 67% da capacidade instalada, quatro pontos percentuais menos que em abril de 2014.

A queda de produção se reflete no indicador do número de empregados, que cedeu para 43,1 pontos no último mês, ante 43,6 pontos em março e 47,8 pontos em abril de 2014. O resultado do último mês foi o pior da série mensal iniciada em 2010, batendo o recorde de março deste ano.

Os estoques continuaram crescendo em abril, de acordo com a CNI, mas com menor intensidade quando comparado com março. O índice de evolução de mercadorias estocadas foi de 51,8 pontos no último mês.

Em março, esse indicador foi de 50,7 pontos. Em nota, o economista da CNI Marcelo Azevedo avaliou que a elevação dos estoques sinaliza uma tendência de queda da atividade.

A confiança da indústria continua a se deteriorar por causa do cenário ruim da economia no momento - é a menor em quase dez anos - e, enquanto isso, a ociosidade do parque produtivo aumenta e já é a maior em seis anos, mostrou também a prévia da "Sondagem da Indústria de Transformação", da Fundação Getúlio Vargas.

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) caiu 0,7% na prévia de maio, em relação ao resultado final de abril, considerando-se dados livres de influência sazonal. Na comparação com maio do ano passado, a queda é de 20,4%.